



DOSSIÊ: A HERANÇA DA REFORMA: POR UMA LEITURA DA REFORMA
L'EREDITÀ DELLA RIFORMA: PER UNA LETTURA DELLA RIFORMA

VIDA E DIGNIDADE HUMANA, O COMPROMISSO DE TODO FIEL LEIGO

LIFE AND HUMAN DIGNITY,
A COMMITMENT FALL THE LAY FAITHFUL

*Ney de Souza**

*André Gustavo de Fiore***

RESUMO

A realidade pós-moderna apresenta situações problemas que, de forma direta ou indireta, acabam por trazer algum prejuízo à dignidade humana e ameaça à vida em todas as suas etapas. Se vive numa sociedade em que os mais pobres, os idosos, os nascituros, os menos instruídos e tantos outros são frequentemente marginalizados, excluídos e privados de direitos que lhes garantam vida e dignidade como seres humanos. Diante dessa realidade, o presente trabalho tem o intuito de refletir sobre a ação e responsabilidade de todos os batizados leigos e leigas, povo de Deus, na promoção da vida e dignidade humanas na sociedade em que estão inseridos. Por meio de uma estrutura dividida em três blocos, proposta pelo método ver julgar e agir, o presente artigo reflete, num primeiro momento, sobre a função dos leigos frente às estruturas sociais, traçando seus principais compromissos como agentes promotores da vida plena e digna dentro de uma sociedade marcada por situações contrárias ao bem comum. Num segundo momento, julga-se de suma importância uma postura de vida orientada segundo Deus, na força da Eucaristia, e segundo o exemplo deixado por Jesus Cristo, onde o mandamento do amor e a opção preferencial pelos pobres devem ser as principais referências para uma ação pastoral leiga promotora da dignidade e vida humanas. Já no terceiro e último momento, o presente artigo propõe ações e urgências, baseadas no seguimento de Cristo e com base na Doutrina Social da Igreja, a fim de que todos os batizados assumam o compromisso de uma autêntica defesa e promoção da vida e da dignidade, direito de cada ser humano, imagem e semelhança de Deus.

Palavras-chave: Dignidade Humana; Valorização da Vida; Responsabilidade do Leigo

* Doutor em História Eclesiástica, pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma (1998). Professor do Departamento de Teologia Sistemática, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: nsouza@pucsp.br.

** Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015). Professor e Coordenador de Curso da ETEC Tenente Aviador Gustavo Klug, Coordenador do curso de Ciências Contábeis da Universidade Anhanguera de São Paulo. E-mail: andre.contabilidade@terra.com.br.



**DOSSIÊ: A HERANÇA DA REFORMA: POR UMA LEITURA DA REFORMA
L'EREDITÀ DELLA RIFORMA: PER UNA LETTURA DELLA RIFORMA**

ABSTRACT

The postmodern reality presents problem situations that directly or indirectly end up bringing any harm to human dignity and a threat to life in all its stages. We live in a society where the poor, the elderly, the unborn, the less educated and many others are often marginalized, excluded and deprived of rights that guarantee them life and dignity as human beings. Given this reality, this paper aims to reflect on the action and responsibility of all baptized laymen and women, people of God, in promoting human life and dignity in the society in which they live. Through a structure divided into three blocks, the proposed method see judge and act, this article reflects, at first, about the role of the laity in the face of social structures, tracing its major commitments as promoters of full and dignified lives within of a society marked by situations contrary to the common good. Secondly, it is thought extremely important an attitude oriented life according to God, in the power of the Eucharist, and following the example set by Jesus Christ, where the commandment of love and the preferential option for the poor should be the main references for lay pastoral work of promoting human dignity and life. In the third and final time, this paper proposes emergency actions and, based on following Christ and based on the social doctrine of the Church, so that all the baptized are committed to genuine defense and promotion of life and dignity and the right of every human being, image and likeness of God.

Keywords: Human dignity; Appreciation of Life; Responsibility of Lay.

INTRODUÇÃO

A valorização da vida e da dignidade humana é uma necessidade cristã, o respeito e o amor ao próximo constituem-se num mandamento sagrado da Igreja deixado pelo próprio Jesus aos seus seguidores. Contudo, verifica-se na sociedade atual um crescente de elementos contrários a esse mandamento. O valor à vida e o respeito à dignidade do próximo parecem não ser mais valores comuns da sociedade; o juízo de valor agora parece ser formado com base apenas nas necessidades e desejos individuais, deixando-se de lado a preocupação com o semelhante.

Dessa forma, em um ambiente onde não se preocupa muito com o outro, onde o 'eu' parece prevalecer sobre o 'nós', crescem também a passividade e o indiferentismo, onde, parece que não mais se escandaliza com situações injustas e agressoras, pelo contrário, parece que tudo é normal, em suma, vive-se uma "banalização da indiferença" (FRANCISCO, 2014, n. 54).

Decorrente dessa realidade, por exemplo, se encontra um problema crítico nas sociedades: a questão do aborto. Nesse caso, o egoísmo está tão presente que os discursos abortistas pregam somente a felicidade e os direitos da mãe, mesmo que essa felicidade venha por meio da morte de nascituros inocentes.

Assim, os indivíduos dessa sociedade marcada pelo egoísmo e pelo indiferentismo parecem não se sentirem responsáveis e impelidos a agir em favor da vida e da dignidade. Por outro lado, crescem vertiginosamente os problemas sociais que excluem, marginalizam e privam muitos cidadãos de direitos que lhes proporcionem vida plena e digna.

No Brasil, mais especificamente se depara diariamente com constantes ataques à dignidade e vida humanas. Na saúde, por exemplo, hospitais públicos sempre lotados e sem infraestrutura adequada, consequência da falta de investimento público, promovem situações que impem o acesso a tratamento médico aos mais pobres, ferindo os direitos constitucionais do cidadão carente. O descaso no atendimento, por parte de muitos agentes de saúde, agrava ainda mais essa situação de atentado à vida e à dignidade.

Também, milhares de cidadãos abaixo da linha da pobreza denotam uma grave incoerência das práticas sociais atuais em relação aos valores cristãos presentes no Evangelho. A miséria traz consigo a falta de liberdade e a exclusão social, ofuscando a verdadeira identidade do indivíduo como ser humano íntegro e inserido socialmente, criado à imagem e semelhança de Deus.

Nesse cenário apresentado percebe-se também que a falta de respeito aos direitos e dignidade dos idosos é outro elemento que se caracteriza como um problema social latente da realidade atual.

É diante dessas e outras realidades que se desenvolve a temática do presente trabalho de pesquisa, que pretende verificar qual é a responsabilidade dos discípulos missionários leigos, membros da Igreja católica e agentes promotores da mensagem cristã no mundo secular no que diz respeito à promoção da vida e dignidade humana.

Através do método “ver, julgar e agir” o presente artigo vem, além de refletir sobre essa responsabilidade de cada cristão leigo na promoção do bem comum, da dignidade humana e valorização da vida, chamar a atenção para verdadeira postura de cada batizado que, configurados a Cristo pelo sacramento do batismo, são chamados a adotar a Doutrina Social da

Igreja como prática diária e norma de conduta a fim de se orientarem para o bem comum e sempre prezarem pela vida e pela dignidade humana.

1. LEIGOS E LEIGAS: A RESPONSABILIDADE DIANTE DA REALIDADE

A promoção da vida, da dignidade humana e opção preferencial pelos pobres e mais necessitados, constituem o núcleo da doutrina social da Igreja. Nesse sentido, os batizados são chamados para uma atuação concreta que contribua para a redução das injustiças sociais que ferem o conceito de vida e dignidade.

Assim, nessa importante missão, o leigo, membro do corpo místico de Cristo que é a Igreja, inserido na sociedade, evangelizando pelo seu exemplo e postura cristã orientada pelos sacramentos, é um dos principais protagonistas.

Portanto, nesse primeiro momento, se refletirá sobre a realidade social em que se encontram os batizados hoje e também sobre as principais exigências feitas pela Doutrina Social da Igreja em relação aos leigos e leigas.

1.1 A realidade em que o batizado está inserido

Constantemente se lê e se vê nos noticiários situações que agredem a dignidade e a vida humanas. Não são poucos os casos em que se constatam situações de violência, exclusão social, negação de direitos, morte, aborto. Essas situações são cada vez mais comuns na sociedade contemporânea.

As políticas governamentais e econômicas visam apenas os interesses capitalistas e negligenciam a inclusão dos mais pobres e necessitados, “basta um olhar ao redor de nós mesmos para certificar o aumento do número de excluídos, vítimas de um capitalismo selvagem” (KUZMA, 2009 p. 129).

O teólogo Cesar Kuzma afirma que “hoje, as decisões políticas trazem as mais diversas consequências para a sociedade em geral, desde guerras mal-intencionadas, exclusão social, liberação do aborto, experiências com embriões humanos, etc.”(Ibid. p. 125).

No campo econômico o sistema capitalista focado no lucro e acúmulo de riqueza traz consigo exclusões e desigualdades sociais graves constituindo-se numa economia que prioriza o consumo. Nesse sentido, quem não pode consumir não é considerado elemento útil para a economia e acaba marginalizado, sem amparo necessário para manutenção de sua dignidade. É essa “economia que mata” que denuncia o Papa Francisco como sendo um problema e um desafio do mundo atual, ou seja, uma economia onde o mais fraco é subjugado pelo mais forte (FRANCISCO, 2014, n.55).

Essa realidade, continua Francisco, faz com que “grandes massas da população se veem excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas, num beco sem saída”.

Não é possível que a morte por enregelamento de um idoso sem abrigo não seja notícia, enquanto o é a descida de dois pontos na Bolsa. Isto é exclusão. Não podemos mais tolerar que se jogue comida no lixo, quando há pessoas que passam fome. Isso é desigualdade social (IBIDEM, n. 55).

Assim, essa característica de exclusão que apresenta a economia contemporânea contribui fortemente com do desprezo à vida e a dignidade humanas, pois, impedem que muitos tenham a garantia de condições de saúde básicas e vida digna segundo valores evangélicos.

Outra característica marcante da pós-modernidade – em boa parte consequência dessa economia competitiva e excludente - é a cultura do relativismo, onde os valores tradicionais parecem estar se perdendo. Cada um faz seu juízo de valor de forma independente, egoísta e individualista, de acordo com sua própria noção de verdade e orientada a seu próprio bem.

Assim, conforme denuncia Ratzinger, “vai-se constituindo uma ditadura do relativismo que nada reconhece como definitivo e que deixa como última medida apenas o próprio eu e as suas vontades” (RATZINGER, 2014).

Nesse sentido, essa característica relativista, que tem o “eu” como centro das preocupações, acaba por levar o indivíduo a contribuir com situações que agridam a dignidade e vida humanas, seja por ação ou por omissão. Quando a atitude de violência em relação à dignidade humana não é deliberada, é fruto de um indiferentismo que cresce cada vez mais na população, consequência do individualismo oriundo do relativismo.

Hoje em dia, por exemplo, parece que não se escandaliza mais com notícias relacionadas a assassinatos, descasos, agressões, sequestros. Parece que tudo está se tornando normal, relativo. Certamente essa é uma consequência desse indiferentismo ora apresentado.

Se poderia ainda citar várias situações excludentes na sociedade contemporânea, como por exemplo, o mundo em constante conexão, símbolo de evolução tecnológica da sociedade pós-moderna, que apesar de ter trazido grandes avanços, proporciona também a degradação das relações interpessoais e a exclusão dos “desconectados” digitais, e tantos outros. Vale ressaltar que essa pequena reflexão se trata de um estudo introdutório, feito em sua maioria por meio de observação direta da realidade social. Assim, o conteúdo aqui apresentado é suficiente para permitir a posterior reflexão sobre as urgências da atuação direta do leigo na promoção da vida e dignidade humana. Contudo, o tema merece maior estudo e reflexão, ficando aberto para maior aprofundamento.

1.2 O leigo como agente promotor da vida e dignidade humanas. Uma exigência da Doutrina Social da Igreja

A observação feita da realidade até aqui apresenta problemas sociais que contrariam o ensinamento do evangelho de Jesus Cristo, portanto, nesse momento, é pertinente uma reflexão sobre a importância de cada batizado, fiel leigo, e sua responsabilidade como agente promotor da vida e dignidade humanas diante da realidade que se apresenta, tendo como fundamento os ensinamentos das Sagradas Escrituras e Doutrina Social da Igreja.

Assim, ao reforçar os ensinamentos das Sagradas Escrituras a Doutrina Social da Igreja (SOUZA, 2016, p. 33-49) reafirma o Ser como criado à imagem e semelhança de Deus e aponta toda a identidade e dignidade dessa realidade. Nesse sentido, “o ser humano não [apenas] representa, mas é a imagem e semelhança de Deus” (KUZMA, 2009, p. 131)

Por conseguinte, a vida em sociedade orientada pelo respeito à dignidade e à vida humana é fundamental para a obtenção do bem comum e a garantia do direito de cada um ser efetivamente imagem e semelhança do Criador.

Portanto, a Doutrina Social da Igreja apresenta o cristão leigo como protagonista da promoção do bem comum no seio da sociedade. Através de sua vocação própria, o cristão leigo é chamado a buscar o Reino de Deus ocupando-se das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus (Compêndio, 2005, n.541).

Kuzma (2009, p. 104) afirma que “é necessário se ter claro que a Igreja está inserida no mundo através dos leigos e leigas que estão no mundo”. Dessa forma o leigo, como membro da Igreja de Jesus Cristo, Igreja Povo de Deus, “incorporados a Cristo pelo Batismo”, (LG n. 31) exerce “como fermento o seu apostolado no meio do mundo” (AA n. 2).

Portanto, os cristãos leigos têm o compromisso levar o rosto de Cristo e da Igreja para a sociedade, reconhecer que “são também chamados a serem testemunhas de Cristo, em todas as circunstâncias, no seio da comunidade humana” (GS, n. 43), exercendo “um autêntico caminho cristão”, que “incentiva a responsabilidade” para “construir o reino de Deus” (CELAM. 2007, n..290-d).

Sem se omitir e longe do indiferentismo, orientando-se e agindo de acordo com os valores do evangelho, o batizado jamais deve ter atitudes contrárias ao bem comum e à garantia da dignidade e vida humanas.

Fiel aos sacramentos e ao Evangelho o leigo é convidado a sentir-se Igreja e, a partir de uma sã espiritualidade edificar o mundo segundo o espírito de Jesus, apresentando-se na sociedade por meio de uma autêntica experiência eclesial, baseada na Palavra de Deus, na vivência dos sacramentos e da orientação espiritual (Compêndio, 2005, n. 545).

Dessa forma, o leigo assume seu protagonismo como promotor da Doutrina Social da Igreja e agente da defesa da dignidade e vida humanas.

A partir de uma ação prudente (COMPÊNDIO, n. 546), o leigo insere-se ativamente nos mais variados âmbitos da vida social (COMPÊNDIO, n. 551). O ponto de partida deste protagonismo é o serviço à pessoa humana, onde o leigo assume a responsabilidade da promoção da dignidade de toda pessoa (COMPÊNDIO, n. 552), incluindo-se nesse serviço a valorização da vida humana em todas as suas fases, desde a concepção até a morte natural (COMPÊNDIO, n. 553).

Valorizar a vida é garantir dignidade ao ser humano. Assim, é função do leigo, por meio de sua vocação secular, ser exemplo de vida e denunciar todas as formas de abuso que, direta ou indiretamente, agredem a vida humana e conseqüentemente sua dignidade.

Outro serviço relevante prestado pelo leigo é o serviço à cultura. Consciente da pluralidade cultural deve cultivar uma cultura social e política inspirada no evangelho (COMPÊNDIO, n. 555). Conhecer e promover a cultura na individualidade é garantir a liberdade de todos,

característica ímpar do homem como imagem e semelhança de Deus. A ação evangélica e consciente do leigo no campo cultural plural presente na sociedade atual promove o encontro da fé com as culturas purificando-as, permitindo assim seu desenvolvimento na busca da verdade. O encontro da fé com as culturas purifica-as, permite que desenvolvam suas virtualidades, enriquece-as, pois todas elas procuram em sua última instância a verdade, que é Cristo (Jo 14,6) (CELAM, 2007, n. 477). Também, tal encontro com a fé previne desvios culturais contrários aos valores do evangelho e contrários à dignidade humana.

Já no campo da política, é compromisso do leigo uma expressão qualificada e exigente do compromisso cristão ao serviço dos outros (Compêndio, n. 565), orientada ao bem comum. Vale ressaltar aqui que o exercício da política por parte do cristão leigo é uma forma de sair da omissão. Assim, por meio de uma vida política ativa, “porque passivamente todos já estamos envolvidos (KUZMA, 2009, p. 119) o cristão leigo contribui significativamente para a construção do bem comum.

1.3 A postura passiva diante mundo contemporâneo

Os tópicos anteriores demonstram um pouco da realidade social e também o que a Igreja espera de seus membros no que diz respeito à promoção do bem comum. Contudo, o que se pode perceber é que, na prática, nem sempre os batizados assumem uma posição ativa nesse sentido.

Nas comunidades, por exemplo, muitos frequentam as missas, comungam e rezam; contudo, no dia-a-dia tornam-se insensíveis e indiferentes aos problemas sociais que degradam a dignidade do próximo, praticando um cristianismo morno, ritualístico, sem grandes atuações concretas.

Portanto, observa-se que o fiel leigo, mesmo se considerando católico “praticante”, aparentemente não se sente chamado, e tampouco responsável, pela promoção ativa do bem comum, não se sente impelido a agir ativamente na promoção da vida e da dignidade humana, torna-se cristão morno absorvido por toda essa cultura social. Sente-se isento de responsabilidade e da justa indignação, preocupando-se apenas com suas necessidades pessoais e familiares. Uma das virtudes propostas por Aristóteles: Sentir-se compaixão pelos injustiçados e mover-se contra as situações promotoras de tais injustiças. Atribui a responsabilidade a outrem, não desempenhando sua verdadeira tarefa de discípulo missionário de Jesus Cristo.

Essa situação de indiferentismo faz lembrar a parábola do bom samaritano (Lc 10,29-37). Muitos cristãos hoje assumem a postura daquele sacerdote levita que, mesmo presenciando uma situação injusta, passa adiante sem se dar conta de sua responsabilidade e sem reconhecer o próximo ali ferido.

Essa situação de indiferentismo e de transferência de responsabilidade dá-se pelo fato de que muitos cristãos ainda não se reconhecem como Igreja, mas, simplesmente frequentam a Igreja, cumprem uma obrigação normativa.

Ao não terem consciência da pertença à Igreja como membros vivos e atuantes, muitos leigos e leigas acabam por não darem testemunho da verdadeira Igreja de Cristo através de ações e exemplos na sociedade em que estão inseridos e, conseqüentemente, acabam se amornando diante de situações injustas.

A IV Conferência do Episcopado Latino Americano e do Caribe já denuncia essa realidade. O trecho do Documento de Santo Domingo a seguir é bem claro:

Comprova-se, porém, que a maior parte dos batizados ainda não tomou plena consciência de sua pertença à Igreja. Sentem-se católicos, mas não Igreja. Poucos assumem os valores cristãos como elementos de sua identidade cultural, não sentindo a necessidade de um compromisso eclesial e evangelizador. Como consequência disto, o mundo do trabalho, da política, da economia, da ciência, da arte, da literatura e dos meios de comunicação social não são guiados por critérios evangélicos (CELAM. 2006. n. 96).

Nesse contexto Bento XVI, ao falar sobre o fenômeno da secularização e suas conseqüências, faz uma importante constatação que corrobora com a explanação aqui desenvolvida ao afirmar que “o fenômeno da secularização, que apresenta — não por acaso — traços fortemente individualistas, logra seus efeitos deletérios, sobretudo nas pessoas que se isolam por escasso sentido de pertença” (BENTO XVI, 2006. n.76).

2. A VIDA EM SOCIEDADE ORIENTADA SEGUNDO DEUS

O tópico anterior teve o objetivo de verificar a responsabilidade de todos os batizados na promoção da vida e da dignidade humana no que diz respeito às exigências da Doutrina Social da Igreja e refletir sobre a realidade social em que se insere o cristão nos dias atuais.

Assim, diante dessas constatações e caminhando para a proposição de uma prática pastoral dentro da ética cristã, faz-se necessário refletir, neste segundo momento, sobre a orientação a que todos os batizados são chamados a seguir a fim de determinar uma postura cristã que valorize o bem comum da sociedade em que estão inseridos e que contribua de forma prática para a dignidade e vida humanas.

2.1 O leigo e a pertença ao corpo eclesial: Consciência para a ação

Inicialmente, é importante lembrar que o Leigo, a partir de sua dignidade de batizado, inserido no corpo místico de Cristo que é a Igreja participa, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo (LG n.31). Essa realidade insere o leigo na missão de Cristo, exigindo assim uma postura de discípulo missionário do Senhor, promovendo a verdade do Evangelho em todas as instâncias do mundo.

Participantes da função sacerdotal, profética e régia de Cristo: essa graça nós adquirimos pelo batismo. Ser batizado é assumir a mesma condição que Cristo viveu, é ter as mesmas opções e assumir as mesmas consequências. Participar de sua função sacerdotal nos faz sacerdotes como ele o foi no sentido do serviço (KUZMA; SANTINON, 2014. p. 131)

Nesse sentido, ser batizado é fazer parte, estar inserido no corpo eclesial. Dessa forma todos sem exceção, leigos e clérigos, constituem de fato a Igreja Povo de Deus.

Essa realidade garante a todos uma imensa dignidade, contudo, exige também uma postura condizente com os ensinamentos de Jesus Cristo. Portanto, ser Igreja de Jesus Cristo é seguir seus ensinamentos e praticar suas obras.

É importante, então, que se cresça a conscientização de pertença à Igreja por parte de todos os fiéis e que cada um assuma sua responsabilidade na construção do Reino de Deus.

Contudo, conforme apresenta o Papa Francisco,

... a tomada de consciência desta responsabilidade laical que nasce do Batismo e da Confirmação não se manifesta de igual modo em toda a parte; em alguns casos, porque não se formaram para assumir responsabilidades importantes, em outros por não encontrarem espaço nas suas Igrejas particulares para poderem exprimir-se e agir por causa de um excessivo clericalismo que os mantém à margem das decisões (FRANCISCO, 2014. n. 102).

Assim, é preciso que cada um se conscientize da responsabilidade individual como batizado e que se sinta chamado ao discipulado missionário de Jesus Cristo, a fim de promover ações concretas e corajosas no combate a tudo aquilo que fere a vida e dignidade humanas.

Como já apresentado nos tópicos anteriores, a Doutrina Social da Igreja é ciente das responsabilidades dos leigos na promoção do bem comum, contudo, é preciso que cada batizado se revista dessa função e, em comunhão com a Igreja, atue de forma condizente aos ensinamentos de Jesus Cristo.

2.2 O rosto de Cristo na pessoa do próximo

Uma vez conscientes de sua pertença à Igreja e de suas responsabilidades como cristão o batizado perceberá que promover o Evangelho de Cristo, além do anúncio da boa nova é buscar colocar em prática o ensinamento do Senhor denunciando, sempre que possível, as injustiças que ferem a dignidade humana e colocam em risco a vida.

Essa atuação consciente faz com que o leigo procure o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus, concorrendo para a santificação do mundo (LG n. 31). Desse modo, essa luta pela santificação do mundo passa pela responsabilidade de promover o Reino de Deus aqui na terra, por meio de ações que garantam a vida e a dignidade de cada ser humano, imagem e semelhança de Deus.

Tal postura ativa caracteriza-se como amor ao próximo e dá cumprimento ao mandamento do amor proposto por Jesus Cristo (Jo 15,12). É nesse amor que se reconhece no outro a imagem e semelhança de Deus.

Diante do amor percebe-se no outro uma característica humana que está acima de toda criatura: a dignidade de ser criado à Imagem e Semelhança de Deus (Gn 1, 27). Assim, o ser humano não é uma coisa, mas sim alguém (COMPÊNDIO, 2005, n. 108), dotado de identidade, direitos e deveres garantidos “desde sua concepção até sua morte natural” (JOÃO PAULO II, 2004. p. 93).

Frente a essa dignidade concedida a cada ser humano pelo próprio criador cabe ao cristão reconhecer no outro o direito à vida e vida digna. É no rosto do próximo que o cristão é motivado a reconhecer o rosto do próprio Cristo. Assim, defender a vida e sua dignidade é acolher o próximo necessitado como um dos pequeninos citados por Jesus; “aquele que receber

uma destas crianças por causa do meu nome, a mim recebe; e aquele que me recebe, não é a mim que recebe, mas sim àquele que me enviou” (Mc 9, 37)

Também reconhecer Cristo no próximo é reconhecer a liberdade de cada um. Ferir essa liberdade é ferir a dignidade, pois, foi “para a liberdade que Cristo nos libertou”. Lema da Campanha da Fraternidade CNBB 2014 cujo tema é “Fraternidade e Tráfico Humano”. Tirar a liberdade do próximo é um ultraje a todas as particularidades humanas.

[O] “respeito à dignidade da pessoa, imagem de Deus, livre, inteligente e capaz de amar, que jamais pode ser ultrajada, tocada ou torturada em seu corpo ou em seu espírito”. (PUEBLA 1262 apud CODINA, 1992, p. 24).

Nesse sentido, o direito à vida e vida livre é um privilégio dado a cada um pelo próprio Deus e cabe ao cristão, discípulo missionário de Jesus Cristo, contribuir para a promoção da vida, dignidade e liberdade de cada um.

O cristão leigo, em comunhão com toda a Igreja, é exortado a agir no mundo como agiu Cristo, em favor dos pobres, doentes, excluídos, marginalizados, pecadores, e Jesus, “não se mostrou indiferente diante das injustiças sociais e políticas e nem mesmo com as confusões religiosas”.

Essa opção feita por Jesus Cristo, ou seja, estar do lado dos menos favorecidos é também opção da Igreja que, fiel ao Evangelho de Jesus Cristo deve segui-Lo fazendo sua opção também pelos pobres. Em referência ao discurso proferido por João Paulo II em ocasião da terceira conferência geral do episcopado latino-americano, realizada em Puebla (1979) a Doutrina Social da Igreja reforça que “o princípio da destinação universal dos bens requer que se cuide com particular solicitude dos pobres, daqueles que se acham em posição de marginalidade e, em todo caso, das pessoas cujas condições de vida lhes impedem um crescimento adequado. A esse propósito deve ser reafirmada, em toda a sua força, a opção preferencial pelos pobres” (COMPÊNDIO, n. 182).

Portanto, se é opção da Igreja deve ser também a opção de todos os seus membros, sejam eles clérigos ou leigos.

2.3 A Centralidade da Eucaristia

A Eucaristia é fonte e cume de toda a vida cristã. Os restantes sacramentos, assim como todos os ministérios eclesiais e obras de apostolado, estão vinculados com a sagrada Eucaristia e a ela se ordenam. Com efeito, na santíssima Eucaristia está contido todo o tesouro espiritual da Igreja, isto é, o próprio Cristo, nossa Páscoa (Catecismo da Igreja Católica, n. 1324).

A eucaristia apresenta-se a todos os cristãos como centro de sua vida eclesial e, conseqüentemente, centro de todas as ações pastorais da Igreja, enfim, a “eucaristia faz a Igreja” (CELAM, 2007, 100e) e, se todos fazem parte dessa Igreja, são edificados pela comunhão e pelo Sacramento da Eucaristia, que torna todo aquele que a recebe “partícipe do único e perfeito sacrifício que Cristo ofereceu ao Pai, na própria carne, para a salvação do mundo” (COMPÊNDIO. 2005. N. 542).

Reconhecer a centralidade da eucaristia e colocar-se em comunhão com a toda a Igreja de Jesus Cristo é de fundamental importância para um discipulado orientado ao bem comum e promoção da dignidade de cada pessoa humana.

Aquele que coloca a eucaristia como centro de sua vida conscientiza-se e reconhece “Cristo nos mais pobres, seus irmãos” (Catecismo da Igreja Católica, n. 1397). Assim, “a Eucaristia é o lugar privilegiado do encontro do discípulo com Jesus Cristo” (CELAM, 2007. N. 251) e a comunhão é o encontro do discípulo com seu próximo, imagem e semelhança de Deus.

Nesse sentido, uma ação pastoral leiga voltada à promoção da vida e dignidade do ser humano somente produzirá frutos necessários se tiver como centro e ponto de partida a Eucaristia e a comunhão com toda a Igreja.

Por meio da vivência constante da Eucaristia será possível ao cristão leigo encontrar forças para agir “no mundo da forma como Cristo agiu no período de sua vida terrena” (KUZMA, 2009, p. 138). Alimentando-se do corpo de Cristo o fiel entra em comunhão com o próprio Jesus e em comunhão com toda a igreja.

Assim, essa comunhão com Cristo e com a Igreja torna-se “uma riqueza sem preço” (CELAM, 2006, 99-f) que anima e orienta a ação leiga.

3. PARA UMA ATUAÇÃO RESPONSÁVEL E CONSCIENTE

Nessa parte do texto, será abordada a ação missionária do leigo no que tange a práticas e urgências voltadas à valorização da vida e dignidade humanas.

Uma vez verificada a realidade, conforme abordada no segundo tópico; e, em seguida, tendo se formado um juízo de valor sobre a verdadeira postura a que cada batizado é chamado a assumir perante a Igreja de Cristo, esse terceiro momento visa propor mecanismos de ação para que

cada um, inserido em sua comunidade atue de forma ética e cristã no combate às situações injustas que agredem a dignidade do próximo.

3.1 Uma catequese voltada à conscientização: De um sujeito passivo a um cristão proativo

Dentre os aspectos aqui abordados, verifica-se que muitos problemas sociais são decorrentes de situações de passividade e indiferença. A sociedade contemporânea, marcada pela agitação, muitas vezes não se dá conta da importância de observar a realidade dos mais necessitados e agir em função do resgate dessa dignidade.

Nesse sentido, a conscientização deve partir sempre de uma catequese renovada. Cada comunidade, observando sua realidade e percebendo suas necessidades deve criar práticas de formação contínua, tanto para jovens como para adultos.

Essa formação catequética contínua tem o potencial de despertar em cada batizado o sentimento de pertença ao corpo eclesial e esclarecer a todos sobre suas responsabilidades, ou seja, o que a Igreja espera de cada um.

Vale lembrar que “a primeira destinatária da doutrina social é a comunidade eclesial em todos os seus membros, porque todos têm responsabilidades sociais a assumir”. Assim, a catequese contínua e os mecanismos de formação despertam o fiel para sua vocação particular, dentro de “suas competências e carismas” como membro do corpo místico de Cristo que é a Igreja, interpelando-o “pelo ensinamento social para reconhecer e cumprir os deveres de justiça e de caridade na vida social” (COMPÊNDIO, 2005, n. 83).

Em decorrência de uma eficiente catequese evangelizadora, todo batizado, consciente de sua participação na Igreja de Cristo e agente promotor da vida e dignidade terá condições para perceber suas “responsabilidades referentes à construção, à organização e ao funcionamento da sociedade” (IBIDEM).

Por meio dessa conscientização o fiel terá subsídios para abrir-se ao amor cristão, força motriz para a ação social. É esse amor que promove obras concretas, pois, permite ver naquele que sofre o rosto de Cristo, permite reconhecer efetivamente o outro como seu próximo, por fim, é esse amor que reconhece a dignidade do outro como pessoa humana criada a imagem e semelhança de Deus.

Sem o amor o que sobra é o egoísmo e o individualismo que tolem direitos e agredem a dignidade do outro.

O ser humano, quando não é visto e amado na sua dignidade de imagem viva de Deus (cfr. *Gn* 1, 26), fica exposto às mais humilhantes e aberrantes formas de « instrumentalização », que o tornam miseravelmente escravo do mais forte (JOÃO PAULO II, 1989, n.5).

Assim, é o mandamento do amor, deixado por Jesus Cristo, despertado por meio de uma catequese crítica voltada à conscientização, que leva à justa indignação em relação às estruturas injustas da sociedade. “Este é o meu mandamento: amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (*Jo* 15, 12). “A caridade constitui o maior mandamento social. Ela respeita o outro e os seus direitos, exige a prática da justiça, de que só ela nos torna capazes e inspira-nos uma vida de entrega: «Quem procurar preservar a vida, há de perdê-la; quem a perder, há de salvá-la» (*Lc* 17, 33)

Ao decidir pelo amor, ninguém pode ficar inativo, indiferente ou passivo. O amor leva ao comprometimento com o próximo menos favorecido, ou seja, leva a fazer a opção plena pelos pobres. “O amor deve estar presente e penetrar todas as relações sociais, especialmente aqueles que têm o dever de prover ao bem dos povos” (COMPÊNDIO, 2005, n.581) e menos favorecidos.

3.2 Práticas para transformar a realidade: A formação de agentes missionários leigos e grupos de atuação

Uma segunda proposta para uma ação missionária leiga voltada à criação de mecanismos defensores da vida e valorização da dignidade humana é a formação. As paróquias, por exemplo, têm a responsabilidade de proporcionar ambientes formativos que multiplique agentes missionários leigos na sociedade, atuantes no campo político, social, eclesial.

Essa formação deve se utilizar de uma multidisciplinaridade sempre orientada pela ética cristã, abordando deste a orientação religiosa e teológica até uma formação política, social e econômica.

O documento de Aparecida (2007), em diversos momentos, exorta a atuação de todo batizado como discípulo missionário de Jesus Cristo, reconhecendo que muitos setores da sociedade somente são alcançados por leigos e leigas.

É necessário então, que as dioceses, paróquias e comunidades sedam os espaços necessários para essa atuação leiga e utilizem-se dos serviços destes na promoção do bem comum.

Contudo, aliado a essa convocação, o documento também afirma a necessidade de formação do leigo, muitas vezes negligenciada pela Igreja.

Os melhores esforços das paróquias neste início do terceiro milênio devem estar na convocação e na formação de missionários leigos. Só através da multiplicação deles poderemos chegar a responder às exigências missionárias do momento atual. Também é importante recordar que o campo específico da atividade evangelizadora laica é o complexo mundo do trabalho, da cultura, das ciências e das artes, da política, dos meios de comunicação e da economia, assim como as esferas da família, da educação, da vida profissional, sobretudo nos contextos onde a Igreja se faz presente somente por eles (CELAM, 2007, n. 174).

Então, se o leigo está inserido na Igreja e no mundo atuando de forma missionária, seu convívio social nos mais variados setores, inclusive na promoção da vida e dignidade do próximo, deve estar baseado em ações concretas que tenham como ponto de partida uma premissa ética cristã, ou seja, agir sempre de acordo com os ensinamentos do Evangelho e da Igreja, o que somente é possível através de uma ampla formação.

Por fim, vale ressaltar que a formação deve ser voltada para a ação. Nesse sentido, além de formar faz-se necessária à criação de grupos efetivamente atuantes na sociedade na busca pelo bem comum.

Parafraseando Tiago, “a fé sem obra é morta” (Tg 2, 17) também, a formação sem obra não produz os frutos esperados, que é o resgate da vida e dignidade de cada ser humano.

3.3 Centralidade na Eucaristia: A força para a atuação

Conforme verificado nestes tópicos anteriores a Doutrina Social da Igreja exige do leigo uma postura de cristão inserido na sociedade, atuante, participativo, capaz de levar a mensagem de Cristo nos mais variados âmbitos da vida social. Também, cobra uma postura proativa consciente, responsável e prudente a fim de promover o bem comum, valorizando e defendendo a dignidade da cada um.

Para tanto, se verificou que essa ação missionária protagonizada pelos leigos deve ter como ponto de partida a Eucaristia, sacramento que dá força para a caminhada e alimenta a vida em comunhão.

Diante desse pressuposto se apresenta a terceira e última proposta voltada para uma ação missionária leiga na promoção do bem comum: a comunhão como prerrogativa cristã e vivência plena da Eucaristia.

Apresenta são Paulo (1 Cor 13,1) que mesmo que fosse possível falar todas as línguas e conhecer todos os mistérios, a ausência do amor lançaria tudo isso por terra. Assim, não basta conhecer, instruir-se e conscientizar-se, é preciso estar em comunhão e ter como centralidade o mistério pascal de Cristo presente em cada celebração eucarística.

Diante disso, é urgente que as Dioceses e Paróquias continuem dando extrema importância para as celebrações eucarísticas e promovam cada vez mais meios para que cada fiel se sinta motivado a participar ativamente das Celebrações Eucarísticas.

Dessa forma a eucaristia celebrada, aliada aos demais sacramentos, principalmente o da reconciliação, proporciona alimento espiritual, promove a comunhão, possibilitando uma verdadeira “comunidade de batizados que exprime e afirma a sua identidade, sobretudo através da celebração do sacrifício eucarístico” (JOÃO PAULO II, 2014, n. 32).

A vivência plena da Eucaristia “cria comunhão e educa para a comunhão” (IBIDEM, n. 40) o que pode criar ambientes propícios para a promoção do bem comum e defesa da vida e dignidade humanas.

A valorização da vida e da dignidade humana surge do respeito a amor ao próximo, e é a prática constante da eucaristia que alimenta esse amor, promotor de ações justas voltadas ao bem comum. “Somente da Eucaristia brotará a civilização do amor” (BENTO XVI, discurso inaugural, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto, originário de pesquisas introdutórias, teve o intuito de refletir sobre o relevante papel dos leigos na sociedade atual, no que diz respeito à promoção da vida e dignidade humanas.

Por meio do método “ver, julgar e agir” a reflexão procurou compreender qual a verdadeira função do leigo no que tange às práticas sociais voltadas ao bem comum propostas pela Doutrina Social da Igreja bem como a realidade em que o batizado está inserido.

Mais além, procurou refletir sobre a postura ideal, orientada segundo Deus, na centralidade Eucarística e segundo os ensinamentos do Evangelho, que cada fiel deve adotar no mundo secular diante de uma sociedade que tem como característica a exclusão social e que fere de várias formas a dignidade e a vida humanas.

Por fim, o presente trabalho apresentou três proposições básicas como urgência para uma efetiva atuação leiga promoção da vida e dignidade dos menos favorecidos.

Como primeira urgência, propôs uma catequese voltada uma conscientização que estimule a ação e para o amor cristão, a exemplo de Nosso Senhor Jesus Cristo. Em seguida propôs que toda ação promotora do bem comum deve ter como ponto de partida uma boa formação dos agentes para atuarem em conformidade com os ensinamentos do evangelho. Como última urgência enfatizou a ação tendo como ponto de partida a comunhão e a centralidade na Eucaristia.

Assim, essas três proposições formam um conjunto de mecanismos para a ação, formulados a partir da relação do “ver” com o “julgar”, ou seja, para obter tais propostas relacionamos a realidade em que o leigo está inserido, sua postura muitas vezes passiva e as exigências da Igreja com a condição ideal de ação missionária disposta no terceiro tópico deste trabalho.

Acredita-se, portanto, que tais propostas podem contribuir significativamente para a construção de um discipulado leigo concretamente promotor da vida e defensor da dignidade do ser humano, imagem e semelhança de Deus.

Finalizando, essa simples explanação não teve o intuito de esgotar o assunto, nem mesmo pontuar situações isoladas e particulares a respeito do tema, pelo contrário, teve a intenção de traçar uma visão geral sobre o assunto e também levantar preocupações e questionamentos em relação ao comportamento e compromisso dos cristãos leigos perante a Igreja e sociedade. É uma proposição para continuar a discussão desta temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA. Português. Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

BENTO XVI. *Exortação Apostólica Sacramentum Caritatis*. São Paulo: Paulus, 2006. N. 76.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Disponível em http://www.vatican.va/archive/ccc/index_po.htm. Acesso em 29 set. 2014.

CELAM. **Conclusões da Conferência de Santo Domingo**. Nova evangelização, promoção humana e cultura cristã. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

_____. **Documento de Aparecida**. Texto Conclusivo V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Paulinas, 2007.

CODINA, Victor. **Nosso credo**: Deus a Caminho com seu povo. São Paulo: Paulinas. 1992.

COMPÊNDIO da Doutrina Social da Igreja. 3. ed. São Paulo: Paulinas. 2005.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium***. São Paulo: Paulus, 2014.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica *Evangelium Vitae***. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. **Carta Encíclica *Ecclesia de Eucharistia***. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_20030417_eccle-de-euch_po.html. Consultado em 16 out. 2014.

_____. **Exortação Apostólica *Christifidelis laici***. Vocação e missão dos leigos na Igreja e no Mundo. São Paulo: Paulinas, 1989.

KUZMA, Cesar. **Leigos e Leigas**: força e esperança da Igreja no mundo. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2009.

_____; SANTINON, Ivenise Teresinha Gonzaga. A Teologia do Laicato no Concílio Vaticano II. In: PASSOS, João Décio. **Sujeitos no Mundo e na Igreja**. São Paulo: Paulus. 2014.

RATZINGER. **Homilia** proferida na Missa *Pro Eligendo Romano Pontifice*. Celebrada em 18 de abril de 2005. Disponível em http://www.vatican.va/gpII/documents/homily-pro-eligendo-pontifice_20050418_po.html. Consultado em 13 out. 2014.

SOUZA, Ney de. Aspectos das raízes da Doutrina Social da Igreja. In: ZACHARIAS, Ronaldo; MANZINI, Rosana (orgs.). **Magistério e doutrina social da Igreja**. Continuidade e desafios. São Paulo: Paulinas, 2016.